



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.482, DE 2023

(Do Sr. Da Vitoria e outros)

Altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO;

COMUNICAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Apresentação: 10/05/2023 14:56:50.773 - MESA

PL n.2482/2023

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Dos Srs. DA VITÓRIA e outros)

Altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado.

Art. 2º A Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que instituiu o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....
III – contribuição de meio por cento sobre a receita bruta no Brasil das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, e de provimento de aplicações de internet, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins;
.....

* CD 236083917400 *
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Apresentação: 10/05/2023 14:56:50.773 - MESA

PL n.2482/2023

§ 2º A contribuição de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será de um por cento nos dez primeiros anos de vigência da lei que prevê o estabelecimento do plano nacional de desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

§ 3º As prestadoras de serviços de telecomunicações e de provimento de aplicações de internet que executarem programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor, mediante utilização de recursos próprios, farão jus à redução da contribuição de que trata o § 2º deste artigo em valor equivalente ao aprovado, limitado a 50% (cinquenta por cento) do montante a ser recolhido, exclusivamente na modalidade prevista no § 3º do art. 6º desta Lei.

§ 4º No caso de provedores de aplicações de internet, a contribuição de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será devida apenas pelos provedores de aplicações de internet constituídos na forma de pessoa jurídica que ofereçam serviços ao público brasileiro e exerçam atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos, cujo número de usuários registrados no país seja superior a 2.000.000 (dois milhões), incluindo provedores cujas atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior.

§ 5º A contribuição de que trata o inciso III do *caput* deste artigo não é devida por provedor de aplicação de internet sem fins lucrativos, repositórios científicos ou educativos.

§ 6º Para os efeitos desta Lei entende-se aplicação de internet como sendo o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet.

§ 7º Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo recolhimento de que trata este artigo sua filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.”
(NR)

“Art. 6º

§ 2º-A. Pelo menos cinquenta por cento dos recursos do Fundo serão alocados em projetos que:

I – atendam à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado; e

II – sejam desenvolvidos por micro, pequena e média empresa que não seja coligada nem mantenha vínculo de exclusividade





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros seus produtos e serviços.

§ 3º Os recursos referidos nos §§ 1º, 2º e 2º-A serão aplicados sob a forma não reembolsável.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º

.....

IV – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta no Brasil, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, a que se refere o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, e de provimento de aplicações de internet, excluindo-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

.....

§ 2º No caso de provedores de aplicações de internet, a contribuição de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo será devida apenas pelos provedores de aplicações de internet constituídos na forma de pessoa jurídica que ofereçam serviços ao público brasileiro e exerçam atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos, cujo número de usuários registrados no país seja superior a 2.000.000 (dois milhões), incluindo provedores cujas atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior.

§ 3º A contribuição de que trata o inciso III não é devida por provedor de aplicação de internet sem fins lucrativos, repositórios científicos ou educativos.

§ 4º Para os efeitos desta Lei entende-se aplicação de internet como sendo o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um computador ou qualquer dispositivo que se conecte à internet.

§ 5º Tratando-se de empresa estrangeira, responde solidariamente pelo recolhimento de que trata este artigo sua





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

Apresentação: 10/05/2023 14:56:50.773 - MESA

PL n.2482/2023

filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País.”
(NR)

Art. 4º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral das Telecomunicações, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 130-B. A prestadora de serviço em regime privado que ofereça serviço de conexão em banda larga de interesse coletivo em determinada localidade, urbana ou rural, deverá oferecer o serviço a todo estabelecimento público de ensino infantil, fundamental e médio ali localizado de forma gratuita.

§ 1º O serviço de conexão deverá possuir pelo menos as mesmas condições e velocidades que o plano de menor preço oferecido a pessoa jurídica na mesma localidade.

§ 2º Caso o estabelecimento de ensino deseje condições distintas do que as previstas no § 1º, a prestadora poderá cobrar apenas a diferença de preço existente entre as ofertas oferecidas pela prestadora.

§ 3º Caso mais de uma prestadora ofereça o serviço na mesma localidade, o órgão regulador deverá determinar quais estabelecimentos deverão ser atendidos por cada operadora, buscando o equilíbrio das obrigações com base no número de escolas atendidas e capacidade financeira das prestadoras.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), da Câmara dos Deputados, aprovou em 2021 a criação de grupo de trabalho para realizar o estudo *Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia*. Liderada pelos Relatores do estudo, os Deputados Da Vitória e Francisco Jr., foi realizada pesquisa extensa que se debruçou sobre o estímulo ao desenvolvimento produtivo e os elementos centrais para a retomada do desenvolvimento em um contexto de necessidade de superação das dificuldades econômicas e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19.

Os diversos planos de retomada da economia no período pós-pandemia entre os principais países na economia mundial apresentam medidas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

para recuperação econômica e social sob novas bases econômicas, produtivas e sociais que sejam melhores do que a trajetória anterior, o que demonstra preocupação com mudanças estruturais para se aproveitarem as transformações tecnológicas atuais e a transição energética para uma economia de baixo carbono, em consonância com o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como conclusão do estudo do Cedes foram encaminhadas onze proposições estruturantes para essa retomada em novas bases que incluem medidas para o planejamento de longo prazo, a conectividade da agricultura familiar, o aprimoramento da preferência por produtos e serviços nacionais nas compras públicas, o fomento à bioeconomia, melhorias do ambiente de negócios e desenvolvimento das telecomunicações e de tecnologias nacionais e de capacitação e educação digital. Esta Proposição que ora apresentamos é fruto dessas conclusões.

Grandes insumos e formas de produção da chamada nova economia são os serviços e as tecnologias digitais, notadamente pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). As oportunidades que se descortinam com o 5G, a internet das coisas e a inteligência artificial são exponenciais. O Brasil precisa se preparar para participar do desenvolvimento de soluções para essa nova era, da Indústria 4.0 ou Sociedade 5.0, e não apenas ficar na esteira dessa tecnologia, na posição de mero consumidor de produtos e serviços produzidos fora do país. O projeto de lei que ora apresentamos busca dar um novo desenho aos dois principais fundos que financiam o uso e o desenvolvimento do setor de TICs, de modo a que o país possa entrar nessa disputa.

Em primeiro lugar, a proposta altera o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, para incluir as empresas comerciais da internet de grande porte no rol de contribuintes do fundo. De forma a acelerar o desenvolvimento do setor, nos dez primeiros anos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

de vigência da lei, a contribuição é dobrada de valor. No entanto, caso as empresas invistam em projetos de desenvolvimento no país, aprovados pelo conselho gestor do fundo, a alíquota permanecerá inalterada. Os projetos deverão adicionalmente prever o atendimento ao planejamento nacional equilibrado – contida na proposta norteadora de todas as políticas propostas pelo estudo do Cedes – e a alocação de recursos junto às micro e pequenas empresas.

A segunda medida altera a lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, também para incluir as referidas aplicações de internet no rol de contribuintes ao fundo.

A terceira e última medida modifica a Lei Geral das Telecomunicações, obrigando as empresas que provêm serviço de conexão à internet de conectarem todas as escolas em sua área de atuação, em velocidades e condições equivalentes àquelas de menor preço oferecidas ao público em geral. Caso a escola deseje uma conexão de maiores prestações, a instituição deverá pagar apenas pela diferença de preço entre os pacotes. Quanto à divisão entre empresas prestadoras em uma mesma localidade, a regulamentação do setor irá determinar como será feito o rateio do atendimento.

Entendemos que esta medida, de conexão das escolas com qualidade, vem sanar a atual política utilizada que resulta em baixíssima velocidade e impossibilita o uso da internet em profusão como ferramenta informacional e pedagógica. As mudanças para a nova economia dependerão da formação de alunos que possuam total domínio das tecnologias digitais. Nesse sentido, entendemos que o custo dessas conexões, que certamente será repassado aos consumidores das empresas e à população em geral, é um preço muito baixo a se pagar para se atingir um desenvolvimento educativo digno dos novos tempos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste importante projeto de lei, que altera a destinação e contribuições aos fundos que especifica, visando à implementação de diretrizes





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Da Vitória- PP/ES**

e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado **DA VITÓRIA**
(Presidente do CEDES e Relator)

| | | |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| Deputado AMOM MANDEL | Deputado ARNALDO JARDIM | Deputada BENEDITA DA SILVA |
| Deputada BIA KICIS | Deputada DANDARA | Deputado DR. VICTOR LINHALIS |
| Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR | Deputado GUSTAVO GAYER | Deputado HELIO LOPES |
| Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA | Deputado OSMAR TERRA | Deputado PEDRO UCZAI |
| Deputado RODRIGO GAMBALE | Deputado RUBENS OTONI | Deputado ZÉ VITOR |





Projeto de Lei **(Do Sr. Da Vitoria)**

Altera a destinação e contribuições aos Fundos que especifica visando à implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, bem como altera a Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000, e a Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Assinaram eletronicamente o documento CD236083917400, nesta ordem:

- 1 Dep. Da Vitoria (PP/ES)
- 2 Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
- 3 Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 4 Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|---|---|
| CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Art. 21 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988 |
| LEI Nº 10.052, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2000 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-1128;10052 |
| LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000 Art. 6º | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-0817;9998 |
| LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997-0716;9472 |

FIM DO DOCUMENTO